



**PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
SECRETARIA DE POLÍTICAS PARA AS MULHERES**

Via N1 Leste s/n, Pavilhão das Metas, Praça dos Três Poderes – Zona Cívico-Administrativa – CEP: 70.150-908
Telefones: (061) 3411.4246/4330 Fax: (061) 3326.8449
Central de Atendimento à Mulher – Ligue 180
spmulheres@spmulheres.gov.br

TERMO DE REFERÊNCIA

Projeto 60783: “Apoio à implementação do II Plano Nacional de Políticas para as Mulheres” – Acordo de Cooperação SPM/ ONU MULHERES - Revisão Substantiva “C”.

Resultado: 5 – Estudos e pesquisas sobre as relações de gênero e situação das mulheres e relatórios de acompanhamento das políticas sistematizados e divulgados.

Atividade: 5.1 – Consultoria de pessoa física para a elaboração de estratégia de disseminação da temática de uso do tempo e gênero.

1 – Objeto

Proposta de disseminação do tema de uso do tempo e gênero de modo a incentivar a reflexão sobre a divisão sexual do trabalho e as relações sociais de gênero na sociedade. Levantar subsídios e buscar contatos para estimular a reflexão sobre a ocupação feminina com os trabalhos reprodutivos, para que possam ser pensados com base na co-responsabilidade e no compartilhamento das tarefas, por meio da responsabilização conjunta do Estado, das empresas, da sociedade civil e das famílias. Avançar em direção a um contexto de maior igualdade de gênero, especialmente no que se refere à inserção feminina no mercado de trabalho e na vida associativa e política.

2 – Objetivo

Contratação de consultoria de pessoa física para elaboração de plano estratégico de ações para disseminar o tema de uso do tempo e gênero.

3 – Antecedentes

O Estado Brasileiro reafirmou o seu interesse pela igualdade ao criar no ano de 2003 as Secretarias de Políticas para as Mulheres, de Promoção da Igualdade Racial e a de Direitos Humanos. A Secretaria de Políticas para as Mulheres (SPM) tem como missão estabelecer políticas públicas que contribuam para a melhoria da vida de todas as brasileiras e que reafirmam o compromisso do Governo Federal com as mulheres do país. Percorrendo uma trajetória transversal em todo o governo federal, de modo a estabelecer parcerias com diversas instâncias

governamentais, a SPM enfrenta as desigualdades e diferenças sociais, raciais, sexuais, étnicas e das mulheres deficientes.

Para a formulação e a implementação de políticas públicas eficientes são necessárias informações e indicadores específicos. Por esta razão, a SPM tem se empenhado para que as estatísticas oficiais incorporem quesitos referentes a sexo. Em razão deste objetivo, instituiu, em 2008, o Comitê Técnico de Estudos de Gênero e Uso do Tempo (CGUT), que conta com a participação do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE – e do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – IPEA. Participam como convidadas a Organização Internacional do Trabalho – OIT e a ONU-Mulheres, entidade das Nações Unidas para a igualdade de gênero e empoderamento das mulheres.

O Comitê é um espaço privilegiado para a discussão e articulação da inclusão da perspectiva de gênero nas estatísticas oficiais, registros administrativos, assim como na produção de estudos e análises a partir dessas informações. O Comitê já produziu importantes resultados durante a sua curta existência.

Estudos e pesquisas sobre o uso do tempo são prementes para a discussão da igualdade entre mulheres e homens, uma vez que subsidiam com dados e informações o que as mulheres e homens vivenciam em seu cotidiano. A produção de informações detalhadas sobre desigualdades, em especial entre homens e mulheres, no uso do tempo destinado às tarefas relacionadas ao cuidado, as tarefas domésticas e a reprodução social passa a ser considerada essencial para o desenho de estratégias de ação que possam responder ao novo cenário demográfico e de participação feminina na vida pública. A produção de dados e estudos, fortalecendo uma reflexão social e propiciando mudança de padrões sobre o trabalho doméstico, exige a produção de dados e estatísticas nacionais, mas também uma ampliação das reflexões e elaborações sobre o tema no mundo acadêmico, entre os movimentos sociais, nas distintas instâncias da sociedade.

Os órgãos do governo federal apresentaram notáveis avanços em breve intervalo temporal. Em 1992, o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, incorporou à Pesquisa Nacional Por Amostra de Domicílios (PNAD), um de seus mais prestigiados estudos, algumas questões acerca do uso do tempo nos afazeres domésticos, bem como no deslocamento entre domicílio e trabalho. Posteriormente, em 2001, o IBGE passou a indagar sobre o tempo médio de dedicação aos trabalhos domésticos. Ainda em 2001, o IBGE conduziu um pequeno teste de pesquisa de uso do tempo em três bairros do Rio de Janeiro, como parte do Curso de Desenvolvimento de Habilidades em Pesquisa (CDHP), que proporciona treinamento aos funcionários do Instituto.

Em 2007, o IBGE, em parceria com o então Fundo de Desenvolvimento das Nações Unidas para a Mulher – UNIFEM e a Secretaria de Políticas para as Mulheres da Presidência da República – SPM/PR, realizou Seminário Internacional sobre o Uso do Tempo, intitulado “Pesquisa de Uso do Tempo: aspectos metodológicos e experiências internacionais”. Em 2009, em razão dos trabalhos do Comitê, o IBGE iniciou a primeira pesquisa piloto sobre o uso do tempo, a qual foi a campo como um módulo do teste do novo sistema de pesquisas domiciliares do IBGE.

Em 2010, fruto também da atividade do Comitê, foi realizado o II Seminário Internacional sobre Uso do Tempo “Aspectos Metodológicos e Experiências Internacionais” que reuniu diversos/as pesquisadores/as de vários países e teve como objetivo trocar experiências e conhecimentos sobre as pesquisas de uso do tempo em desenvolvimento.

Em razão de sua trajetória e de sua participação nos últimos quatro anos da IATUR (International Association for Time-Use Research), o Brasil se ofereceu e foi escolhido para sediar a 35ª Conferência da IATUR no ano de 2013. Essa escolha, além de reafirmar os avanços brasileiros nas pesquisas de uso do tempo, reconhece a importância de uma Conferência nesta região e, desta forma, possibilita maior participação de pesquisadores latino-americanos e, consequentemente, um intercâmbio mais rico de saberes.

Tendo em vista o caminho já traçado pela SPM e a realização da Conferência da Iatur no próximo ano, é importante incentivar e articular para que núcleos de estudos de universidades, movimentos sociais e o próprio governo para as discussões sobre uso do tempo e gênero e, assim, fortalecer a igualdade entre mulheres e homens.

4 - Atividades a serem desenvolvidas

- Levantamento, identificação e registro dos núcleos de estudos de universidades que abordem a temática de gênero e/ou uso do tempo;
- Contato com núcleos de pesquisa, ministérios e possíveis parceiros;
- Participação em reuniões com a SPM e outros parceiros;
- Realização de eventuais viagens no âmbito da consultoria;
- Resposta a eventuais demandas sobre uso do tempo que sejam encaminhadas a esta Secretaria;
- Levantamento bibliográfico sobre a temática de gênero e uso do tempo;
- Levantamento e identificação de instituições governamentais que trabalham com o conceito de uso do tempo;
- Levantamento, identificação e registro de pesquisas que já foram feitas sobre uso do tempo no Brasil;
- Levantamento e identificação da legislação e de políticas públicas concernentes ao tema;
- Levantamento, identificação e registro dos congressos e eventos científicos que ocorrerão em 2013 nos quais a temática de gênero e uso do tempo possa ser inserida;
- Acompanhamento de pelo menos dois eventos afetos à temática;
- Identificação de meios e espaços para disseminação da temática;
- Elaboração de propostas estratégicas para dar visibilidade à temática, tendo em vista as necessidades do contexto brasileiro.

5 - Produtos esperados

Produto	Descrição	Valor (%)	Prazo
1	Plano de Trabalho detalhado contendo a proposta metodológica, marcos analíticos de referência e cronograma de trabalho.	10%	15 dias
2	Relatório contendo descrição sobre os núcleos de estudo, instituições governamentais e pesquisas sobre uso do tempo e a suas interfaces com a perspectiva de gênero.	15%	45 dias

3	Relatório inicial contendo descrição das políticas públicas e da legislação brasileira concernente à temática de gênero e uso do tempo.	15%	75 dias
4	Relatório avançado contendo descrição das políticas públicas e da legislação brasileira concernente à temática de gênero e uso do tempo, indicando possíveis lacunas e áreas de atuação.	15%	105 dias
5	Relatório intermediário contendo proposta estratégica.	25%	165 dias
6	Relatório final contendo proposta estratégica.	20%	265 dias

Observação: A contagem do prazo para entrega de todos os produtos inicia-se a partir do primeiro dia após a assinatura do contrato.

6 - Período de contratação

O período de contratação é de outubro de 2012 a junho de 2013.

7 - Coordenação

A coordenação do trabalho de consultoria caberá à Secretaria de Avaliação de Políticas e Autonomia Econômica das Mulheres da Secretaria de Políticas para as Mulheres da Presidência da República.

8 - Condições de Pagamento

O pagamento será realizado pela ONU Mulheres e será efetuado em seis parcelas, mediante a entrega e aprovação dos produtos pela equipe técnica da Secretaria de Avaliação de Políticas e Autonomia Econômica das Mulheres.

O desembolso será realizado, em aproximadamente, 7 dias úteis após a aprovação do produto apresentado.

Caso haja qualquer alteração na qualidade e/ou quantidade do serviço, implicando ou não em acréscimo no valor final do serviço, o/a Contratado/a deverá notificar, por escrito, previamente, a ONU Mulheres, bem como a equipe técnica da Secretaria de Avaliação de Políticas e Autonomia Econômica das Mulheres e esta deverá autorizar a continuidade/conclusão do serviço.

9 - Local do Trabalho e Insumos:

Trata-se de uma consultoria presencial, que deverá ser realizada em Brasília/DF, na sede da Secretaria de Políticas para as Mulheres da Presidência da República.

A SPM/PR fornecerá, enquanto insumos, ambiente de trabalho, acesso à internet, acesso aos requisitos de metodologias de debate aberto e organização da informação.

10 – Habilitação Profissional

a) Requisito mínimo para habilitação:

- Formação em ensino superior na área de ciências humanas;
- Experiência e interesse nas temáticas de gênero e feminismo.
- Conhecimentos de Word, Excel, Powerpoint e internet.

b) Requisitos desejáveis:

- Experiência acadêmica e/ou profissional em pesquisas de uso do tempo;
- Experiência acadêmica e/ou profissional na área de gênero;
- Conhecimentos avançados na língua inglesa;
- Conhecimento sobre a Política Nacional para as Mulheres, a Secretaria de Políticas para as Mulheres e sobre o movimento feminista e de mulheres.

Observação: Os títulos obtidos no exterior só serão aceitos se (e somente) forem validados por universidade pública em conformidade com a legislação brasileira vigente.

11 – Procedimentos para avaliação

A habilitação profissional e a capacidade técnica serão atestadas mediante procedimento de avaliação dividido em três etapas eliminatórias, quais sejam:

1. Análise curricular, incluindo análise dos requisitos desejáveis ao perfil profissional;
2. Análise da proposta técnico-financeira, por meio da avaliação do plano de trabalho simplificado e da proposta orçamentária;
3. Entrevista.

A análise do plano de trabalho simplificado terá como objetivo aferir se ele responde aos objetivos da contratação e demais elementos contidos no edital.

A proposta financeira deve abarcar informações sobre o custo do trabalho, especificamente quanto ao valor a ser pago à consultoria, observando os percentuais aplicáveis à remuneração por produto prevista no item 5.

Observação: Só será classificada/o para etapa subsequente a/o candidata/o que for aprovada/o em etapa antecedente, mediante análise de pontuação realizada pela Comissão Julgadora.

12 – Critérios de Avaliação

Item	Critérios de Avaliação	Peso
A	Experiência em pesquisas de uso do tempo	3
B	Experiência profissional comprovada na área de gênero	3
C	Conhecimento avançado de língua inglesa	2

D	Conhecimento sobre a Política Nacional para as Mulheres, a Secretaria de Políticas para as Mulheres e sobre o movimento feminista e de mulheres	1
E	Proposta técnico-financeira	3
F	Entrevista	2

13 - Informações para inscrição de proposta

As/os interessados/as devem enviar seu currículo com proposta técnico-financeira de 19/09 de 2012 até 03/10 de 2012 para o endereço eletrônico tais.machado@spmulheres.gov.br, c/c para silvana.zuccolotto@spmulheres.gov.br, especificando no assunto da mensagem: **Consultoria Uso do Tempo**.

Se, no prazo de três dias, a/o interessada/o não receber a confirmação de recebimento da proposta via e-mail pela equipe técnica da Secretaria de Avaliação de Políticas e Autonomia Econômica das Mulheres, deverá entrar em contato pelo telefone 3411 4205.

Silvana Zuccolotto

Coordenadora de Avaliação, Estudos, Pesquisas e Gestão da Informação
Secretaria de Avaliação de Políticas e Autonomia Econômica das Mulheres

De acordo,

Maria do Carmo Godinho

Secretária de Avaliação de Políticas e Autonomia Econômica das Mulheres

Em 17/09/2012.

Lourdes Maria Bandeira

Ordenadora de Despesa